

Nacionalismo e nacionalidades na história da educação catarinense: imprensa e legislação educacional entre 1930 e 1945

Valdecir Soligo*

Resumo: Este artigo apresenta parte da pesquisa realizada durante o Mestrado em Educação na Universidade de Passo Fundo – UPF, entre 2006 e 2008, na qual o objetivo geral concentrou-se na investigação de aspectos políticos educacionais de Santa Catarina, quanto à interferência do Governo Federal nas diretrizes educacionais do Estado e as relações entre litoral e interior, destacando o papel da legislação e da imprensa na construção das estruturas políticas, pedagógicas e físicas da educação catarinense entre 1930 e 1945. Busquei analisar a participação das elites políticas e da população catarinenses na elaboração dos planos de educação, através da imprensa ou dos parlamentares. Para tanto, usei como fonte documentos do Arquivo Público da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e da Biblioteca Pública Estadual, ambos localizados em Florianópolis. O estudo apontou para a questão do nacionalismo enquanto política do governo federal e a resistência das nacionalidades no estado catarinense, um embate que se estendeu durante todo o período pesquisado e que deixou suas marcas na história desses povos.

Palavras-chave: História da Educação; Imprensa; Jornais; Nacionalismo.

Abstract: This article presents part of research conducted during the Master's in Education at the University of Passo Fundo – UPF, between 2006 and 2008 in which the overall objective focused on the research of educational policy aspects of Santa Catarina, on the interference of the Federal Government in guidelines of state education and the relationship between coastal and interior, highlighting the role of legislation and the media in building the political, educational and physical education Catarina between 1930 and 1945. I attempted to analyze the involvement of political elites and the population of Santa Catarina in planning education through the press or parliament. For that, I used as source documents in the Public Archives of the Legislative Assembly of the State of Santa Catarina and the State Public Library, both located in Florianopolis. The study pointed to the issue of nationalism as a policy of the federal government and the resistance of the nationalities in the state of Santa Catarina, a clash that lasted throughout the period surveyed and that left their mark on the history of these peoples.

Key words: History of Education; Press; Newspapers; Nationalism.



* **VALDECIR SOLIGO** é Doutorando em Educação na Unisino. Políticas educacionais, avaliação da educação básica e história da educação

Considerações iniciais

Para compreender as políticas educacionais não bastaram compilar informações sobre os fatos ou medidas políticas no setor da educação. Fez-se necessário uma incursão pelo contexto mais amplo da sociedade brasileira. Assim, recorrer à história da educação tem sua relevância para o debate e o encaminhamento da problemática proposta nesta pesquisa.

Apesar de a idéia de pesquisar a história política da educação catarinense não ser nova, o que me levou a desenvolver tal projeto foi a possibilidade de aprofundar conhecimentos sobre a relação entre Estado, educação e sociedade, buscando compreender as tensões entre o local e o nacional na constituição das políticas de alfabetização e nacionalização durante o período de 1930 a 1945, tendo como fontes a imprensa e o Legislativo catarinense.

O recorte temporal deve-se ao fato de esse período ser um dos mais representativos da radicalização política nacional, envolvendo fatores internos, como a Revolução de 1930, a Constituição de 1934, o Estado Novo de 1937, entre outros; e externos, como a crise mundial do capitalismo de 1929, com seus reflexos na década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tal momento mexeu com as estruturas políticas e sociais, interferindo nas políticas educacionais e refletindo em períodos posteriores, com influências que se estenderam, em alguma medida, à atualidade.

Para Ghiraldelli (1994), a década de 1930 foi um período com inúmeros projetos sociopolíticos, que traziam consigo propostas e projetos educacionais equivalentes ao que se propunha em âmbitos políticos. Com

efeito, segundo Saviani (2002), as estratégias de sustentação política dominantes no país envolveram o Congresso e não deixaram de influenciar nos rumos da questão educacional, ao ser objeto de regulamentação jurídica e política. Nos estados, as políticas públicas de educação parecem ter seguido os mesmos caminhos das elites locais.

O problema desta pesquisa concentra-se na investigação de aspectos da história das políticas educacionais de Santa Catarina com interesse na análise da construção das políticas de alfabetização e nacionalização, no sentido das tensões que se estabeleciam por conta da interferência das políticas federais nas diretrizes educacionais do Estado. Destaca-se o papel do Legislativo catarinense e da imprensa estadual e regional na construção das estruturas políticas, pedagógicas e físicas da educação catarinense, bem como as tensões entre litoral ou capital e o interior do estado.

O texto não apresenta uma análise completa do proposto na pesquisa original e sim parte selecionada especificamente para este artigo. Assim, parto de uma breve contextualização teórica sobre as fontes, os jornais e os documentos oficiais, leis e decretos, para posteriormente problematizar alguns pontos sobre o projeto de nacionalização da educação pretendido pelo governo federal e seus desdobramentos em Santa Catarina, o que chamo de “A educação diante do nacionalismo e das nacionalidades em Santa Catarina: o debate com as fontes”.

O jornal como fonte de pesquisa para a História da Educação

Com relação à análise específica das fontes jornalísticas, busco embasamento num referencial teórico que analisa as

possibilidades de abordagem de um tema já trabalhado na perspectiva de outros olhares, em outra abordagem ou de outras fontes, bem como da própria relação entre a história e a imprensa, pautando a utilização da fonte jornalística no trabalho historiográfico. Assim, o interesse em estudar a história da educação de Santa Catarina por meio de registros feitos em fontes jornalísticas explica-se pela possibilidade de leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos, o que possibilita uma maior aproximação do momento de estudo pelos discursos emitidos na época, não apenas pela fala do historiador da educação (VIDAL; CAMARGO, 1992).

Conseqüentemente este estudo não pode se distanciar do contexto social do qual os fatos fazem parte. Segundo Souza Araújo (2002), “toda e qualquer atividade de imprensa é compatível somente em vinculação com o meio social do qual ela é um produto”. Desse modo, recuso a idéia de que a imprensa seja apenas veiculadora de informações, mantendo assim, a imparcialidade e a neutralidade diante dos acontecimentos, como se construísse uma ilha diante da realidade em que se insere. A dinâmica da relação entre imprensa e sociedade revelada em qualquer tipo de periódico, segundo Melo (1994), está determinada pela atualidade, visto que o fio condutor do impasse entre emissor e receptor localiza-se no conjunto dos fatos que estão acontecendo. E o ponto de tensão encontra-se na diferença entre o que a coletividade gostaria de conhecer e o que a instituição jornalística quer fazer saber.

O jornal, bem como revistas e outros meios de divulgação da imprensa, constitui-se no elemento mediador entre a coletividade e a organização

responsável pela publicação. Esta mediação, tanto por parte do emissor quanto por parte do receptor, não está imune às influências ideológicas ou culturais, tais como a reflexão sobre temas morais, as representações sociais sobre a criança ou sobre a mulher, a exaltação ao civismo, notícias locais ou regionais, homenagens através de pequenas notas, acrescidas de fotos, às personalidades do mundo político e econômico local e regional a fim de prestigiá-las, prestar-lhes honrarias ou tributar-lhes o respeito (SOUZA ARAÚJO, 2002).

De tal perspectiva, considero que o jornal não retrata fielmente a realidade em que está inserido, mas representa aspectos de fatos ou acontecimentos por meio de diferentes olhares. Nesse sentido, entendo os jornais como arquivos que representam um cotidiano.

Apesar de o jornal ter a proposta de publicar o fato real, não se constitui na verdade inquestionável, pelo fato de falar do ponto de vista de um determinado grupo, que pode se utilizar da imprensa para propagar ou difundir seus ideais. No entanto, oferece contribuições importantes à historiografia recente. Segundo Espig (1998), o jornal possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade, pois os jornais constituem-se em verdadeiros arquivos do cotidiano, nos quais podemos acompanhar a memória do dia-a-dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos.

Também é por meio da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. A imprensa, sendo produto de diversos discursos disponíveis, permite localizar as contradições e as lacunas dentro de um contexto e situá-las historicamente em

termos dos interesses que legitimam. Assim, tanto possibilita como restringe determinadas representações do mundo social (BASTOS, 2002).

Portanto, tomamos a imprensa periódica, oficial ou não, especializada em educação ou não, como veiculadora de interesses e como um produto social emergente na sociedade urbana e industrial.

O trabalho com as fontes jornalísticas tem evidenciado o papel subjetivo desta fonte com sua ideologia implícita, pois os jornais não são fontes objetivas de verdades históricas, mas sim, “como esclarecedores de parte dessa verdade, exatamente através da subjetividade implícita num órgão de imprensa não meramente informativa e sim formativa de opinião” (BORGES, 1979).

Nessa perspectiva, o jornal, bem como os periódicos especializados em educação, como fonte para a pesquisa em educação, apresentam-se como uma possibilidade de análise de fatos e ideologias de época em torno dos acontecimentos educacionais. Dessa forma, o cruzamento, previamente pretendido, entre fontes oficiais do Legislativo e fontes jornalísticas pode oferecer um novo prisma para a discussão das políticas educacionais de Santa Catarina.

Os documentos oficiais como fonte para a história da educação

O levantamento e seleção dos documentos do Legislativo, da própria legislação educacional e dos jornais no período de 1930 a 1945 tem se mostrado um manancial para o estudo de diversas questões da história das políticas educacionais do Estado de Santa Catarina, bem como da institucionalização da própria educação no Brasil.

No tratamento mais específico das fontes oficiais, aqui representadas pelos documentos do Legislativo e leis educacionais, parto do entendimento de que a legislação educacional é um conjunto de leis referentes às questões que lhe são específicas. Como tal, relaciona-se com as demais leis e normas que regem a sociedade. Dessa forma, a compreensão de diferentes temas que compõem a história da educação brasileira é possível pela via da legislação, quando esta é tomada como mediação jurídico-constitucional na relação educação, sociedade e Estado (FÁVERO, 1996).

Em tal perspectiva, legislação significa a soma de regras instituídas regularmente a respeito de semelhantes temas. O estudo da história da educação recorre à legislação enquanto a expressão oficial de leis e normas que lhe são específicas, porém sem deixar de considerar suas relações com as demais leis e o contexto social mais amplo.

A consulta a jornais de época, sejam regionais, sejam estaduais, possibilita a verificação do modo como tais leis encontraram viabilidade na realidade, bem como as impossibilidades de sua aplicação, ou, ainda, as contradições entre a expressão legal das intenções do Estado e a vivência das leis nas condições impostas pela realidade. No entanto, não posso perder de vista que o jornal não é o espelho da realidade, mas sim uma representação desta, de tal modo que as impressões sobre a educação tanto podem ser relativas ao interesse do Estado, pela exposição das intenções oficiais, como uma representação dos anseios da sociedade. Assim, reitero a idéia de que o jornal como fonte constitui-se numa via de duas mãos, podendo ser construtor da opinião pública, como também ser

construído por esta; da mesma forma, a legislação pode representar diretamente o poder do Estado ou refletir os anseios da população.

Em se tratando de leis, Reis Filho (1998), destaca três argumentos que justificam a importância e o valor do uso da legislação para o estudo da história da educação; o papel que a legislação exerce em país de origem colonial; o fato de a ação do Estado moderno fazer-se primordialmente pela legislação; e o fato de a legislação abrir ou concluir os debates pedagógicos. Em relação ao primeiro argumento explica o autor:

É pela lei que se pretende elevar o País ao nível do século. Isto é, enquadrá-lo nos padrões da “nação fonte de civilização”. E quando, no século XX, não é Europeu o único modelo e em sua cultura a única forma de civilização mantém-se a inspiração renovadora presa aos estímulos vindos de fora. O civilizado é o estrangeiro, de modo geral, ou o americano do norte, em particular. De qualquer modo, como no passado, é pela lei que a renovação tentará se impor, quando as correntes renovadoras possuem poder político para dominar os corpos legislativos (REIS FILHO, 1998, p. 67).

Os exemplos mais contundentes, confirmando as palavras de Reis Filho (1998), podem ser percebidos nas ações políticas da educação, nas reformas educacionais, nas novas leis que dispõem sobre a educação com o objetivo de promover o progresso desejado por meio da ação educativa, como no caso catarinense com a Reforma Trindade¹ de 1935.

¹ A educação catarinense seguiu até 1935 os parâmetros desenvolvidos por Orestes Guimarães durante o governo Vidal Ramos. A partir de então, ocorreram alterações na filosofia

No segundo argumento o autor considera a legislação educacional um fator de grande importância nos Estados modernos ou democráticos liberais. O Estado, por sua vez, considera legítima a ação legislativa sobre a educação, tornando essa ação responsável por fixar modelos pedagógicos e estimular novas experiências em países menos avançados culturalmente, para concretizar processos de qualificação para a sociedade industrial em desenvolvimento, a qual necessita de mão-de-obra qualificada. Como exemplo destacam-se as discussões e reflexões feitas na década de 1920, desembocando no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 (REIS FILHO, 1998). No terceiro argumento a legislação é apresentada como uma peça que conclui ou abre os debates pedagógicos, do qual, talvez um dos exemplos mais contundentes seja a elaboração da nova LDB de 1996.

Considerando esses três argumentos numa análise crítica, a legislação pode ser percebida como conjunto das leis possíveis em determinada sociedade, em dado momento histórico e como produto do jogo de forças presentes no aparelho do Estado. Por isso, o contexto socioeconômico, político e cultural tem um papel importante na interpretação da legislação e de seu papel na sistematização da educação.

Justificada a aplicabilidade do uso da legislação educacional como fonte para o estudo da história da educação, há ainda que salientar, como Reis e Filho, a necessidade de preponderar o exame dos debates que antecedem à

e política educacional do Estado, havendo uma nova reforma do ensino público de Santa Catarina. Por esta mudança ter sido conduzida pelo professor Luiz Sanchez Bezerra de Trindade, a reforma também ficou conhecida como Reforma Trindade.

promulgação das leis educacionais e o contexto em que foram produzidos. Estes debates podem ser reveladores do jogo de forças políticas como definidores do resultado das discussões e, conseqüentemente, da legislação (REIS FILHO, 1998).

As leis, com seus conteúdos, são resultados do jogo de forças das diferentes classes sociais que estão representadas no aparelho de Estado, assim como as pressões possíveis que as demandas apresentam. Essas leis trazem implícitas em suas formas as concepções de homem e de mundo, de sociedade e de educação; podem traduzir o modo pelo qual o poder constituído vê as classes subalternas e o destino que lhes atribui na organização social do trabalho. Tal argumento transparece no modo como o Estado conduz as políticas educacionais direcionadas às classes menos favorecidas e, como contraponto, a educação destinada às elites.

A legislação educacional se constitui, como uma das fontes que estimula reflexões e auxiliam na compreensão de tendências, continuidade e rupturas do sistema educacional brasileiro. Pode auxiliar na percepção do cotejamento da história regional com a história nacional enquanto formadoras de uma unidade, permitindo também outras considerações.

A educação diante do nacionalismo e das nacionalidades em Santa Catarina

Na década de 1930, com o Governo de Vargas e a política de nacionalização, o desenvolvimento da indústria foi ampliado e impulsionado pela ampliação das necessidades de atender aos mercados interno e externo, principalmente o mercado europeu, fragilizado com as conseqüências da

Primeira Guerra Mundial. O deslocamento do controle capitalista mundial, da Europa para os Estados Unidos da América contribuiu na formação desse cenário. Foi neste processo, pós-Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, durante o Era Vargas, que o Brasil passou a se industrializar, e foi nessa lógica capitalista e industrial que Santa Catarina iniciou o desenvolvimento de seu parque industrial.

Santa Catarina pode ser visto como um Estado de ocupação tardia, mas de industrialização precoce se comparado a outras regiões do país, ocupadas por europeus desde o início da colonização da América. A ocupação, ou colonização do estado catarinense, foi efetuada segundo projetos que envolveram grande número de europeus, principalmente alemães e italianos, bem como descendentes destes que já habitavam terras brasileiras no Rio Grande do Sul (KOHLS, 2006).

A partir de 1914, já é possível perceber os primeiros reflexos da industrialização em Santa Catarina. Uma das medidas governamentais foi a criação de bancos com o objetivo de deslocar capitais para a região, já que o Estado não dispunha de recursos para ampliar a infraestrutura e oferecer condições mais propícias para o desenvolvimento da indústria. No período compreendido entre 1914 e 1945, o desenvolvimento econômico de Santa Catarina foi marcado pela transição da produção artesanal para a produção em pequenas fábricas, caracterizando a inserção de regiões do estado na dinâmica do capitalismo industrial. No entanto, a base produtiva da economia era comandada pelo pequeno e médio capital mercantil, com algumas indústrias ultrapassando o número de

oitenta funcionários. Esse processo delineou a efetiva divisão de trabalho entre o campo e a cidade (KOHLS, 2006), repercutindo no modelo educativo, que passou a investir em escolas diferenciadas, preparando profissionais nos centros urbanos mais industrializados e alfabetizando, quanto possível, nas áreas rurais em das escolas isoladas com classes multisseriadas.

Santa Catarina, por ter regiões de ocupação estrangeira recente, passou a despertar preocupações nas autoridades nacionais e estaduais desde as décadas de 1910 e 1920, principalmente pós-Primeira Guerra Mundial, com o desenvolvimento de projetos visando a nacionalização. No entorno da modernização econômica e da necessidade de nacionalização que o país vinha vivendo, a educação catarinense parece seguir os mesmos rumos.

Em 1918, no dia 4 de maio, o governo federal publicou o decreto 13014, demonstrando certa disposição em combater o problema que envolvia a educação pela nacionalização do ensino. Para tanto, este dispositivo legal autorizava a união a subvencionar escolas particulares de ensino primário para as populações de origem estrangeira. Assim, os recursos federais passaram a ser aplicados nos estados. Em Santa Catarina foi criada a Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas pela União, tendo como seu primeiro inspetor o educador Orestes Guimarães, que permaneceu no cargo até a sua morte em 1931, sendo substituído pelo professor catarinense João dos Santos Areão.

O jornal A Notícia, de 28 de dezembro de 1933, publicou nota intitulada: “O novo Inspetor Federal das Escolas X Subvencionadas neste Estado”, contendo a circular enviada pelo Sr.

Areão: “é a imprensa noticiando sua posse como novo Inspetor”.

A nota continha dois aspectos a serem considerados. O primeiro é o fato de que Orestes Guimarães faleceu em 1931 e João dos Santos Areão assumiu o cargo apenas em dezembro de 1933, o que indica pouca preocupação das autoridades estaduais e federais com as questões da nacionalização nesse momento. Há de se considerar que esse período foi um momento de transição em que muitas questões permaneceram inertes até que a nova organização administrativa, pós-revolução de 1930, tivesse condições para orientá-las. O segundo aspecto, e mais contundente, a meu ver, está no título da nota, “O novo Inspetor Federal das Escolas X Subvencionadas neste Estados” que carrega certo sarcasmo, indicando uma luta ou contrariedade entre a inspetoria e as escolas estrangeiras. O fato de haver um inspetor designado para orientar e fiscalizar as escolas estrangeiras parece causar incômodo; por isso, a imprensa, sarcasticamente, divulga o acontecido, mas pondera a situação de vigília neste momento da história educacional de Santa Catarina. Também é possível perceber que havia resistência dos colonos de origem estrangeira, pois o jornal tem por finalidade representar os fatos em seu próprio tempo; assim, transforma o anúncio de posse do novo inspetor numa representação do embate existente entre as duas instituições: a escola subvencionada e a Inspetoria Federal.

Ainda que leis e decretos tenham apresentado preocupação com a nacionalização, pouco de efetivo foi realizado no interior do país. Já na década de 1930 essa preocupação passa a ser analisada e apresentada pela imprensa catarinense com um vigor maior, como visto por episódios como o

que se passou em São Sebastião do Cahy, Rio Grande do Sul, quando da inauguração do Grupo Escolar de Júlio de Castinhos, pertencente ao quinto distrito do referido município.

A notícia não relata um fato catarinense, mas a maneira como a imprensa estadual trata o assunto revela como estavam sendo pensadas as questões da nacionalização. O episódio mostra a importância que a língua alemã tinha nas comunidades de colonização, possivelmente pelo fato de a maioria dos colonos não dominar o português. No caso, o pronunciamento do padre causou alvoroço entre as autoridades, ainda que ele estivesse se referindo à necessidade do uso da língua alemã para se fazer entender pelas crianças. Todavia, como o assunto já era tratado com delicadeza extrema, suas palavras soaram como um ato impatriótico.

Obviamente, a possibilidade de o padre realmente estar se referindo à língua alemã de forma a considerá-la igual ou equivalente à língua nacional deve ser relevante, já que ele era de descendência alemã. Contudo, a questão está no tratamento do fato, que, segundo o jornal, despertara indignações, o que era natural já que todo brasileiro deveria defender a nacionalização, inclusive da língua.

Embasando-nos na análise foucaultiana, os objetos do mundo social que nos acostumamos a ver como naturais não estiveram aí desde sempre, imutáveis à espera de que todos os compreendessem da mesma forma, assim, que surjam como verdades é necessário que sejam inventados, engendrados, com base num complexo feixe de relações. Para tanto, a sociedade busca constantemente estratégias e táticas para fixar certos sentidos, por meio das coerções dos discursos tomados como verdadeiros. O exemplo trazido naturalizou o discurso

de que a nacionalização era algo natural e comum a qualquer indivíduo nascido ou radicado em terras brasileiras. O próprio discurso da imprensa, enfatizando o fato do padre tornar-se objeto de investigação das instâncias superiores da Igreja, apresenta uma relação de poder e sujeição da fragilidade dos significados intrínsecos no pensamento difundido pelo jornal. Isso porém não é a língua alemã que é posta como problema, mas, sim, a crítica do padre ao currículo, que não contemplava a língua estrangeira como disciplina dentre as demais obrigatórias e permitidas nas escolas públicas. O discurso difundido pela imprensa funciona como o aparato institucional, com suas arquiteturas, seus corpos profissionais, suas regras e diretrizes para construir a verdade desejada no momento.

A nacionalização como natural em 1934, ganhava ares menos agressivos na imprensa. O jornal A Notícia publicou a reportagem “Os alemães e Santa Catarina”, relatando o episódio do desmembramento do município de Blumenau, no qual teria aflorado a questão do nacionalismo. No texto questionado o fato da hostilidade a Santa Catarina e dos elementos que a compunham, sendo citada a existência de outras nacionalidades em outras regiões do país que não recebiam o mesmo tratamento. Assim, a defesa da etnia alemã apresenta-se na imprensa, ainda que de maneira sucinta, frisando o empenho destes imigrantes em defender a pátria brasileira, tomando-a como deles.

A reportagem ainda traz uma relação de nomes de destacados políticos no estado que eram descendentes de alemães, alguns deles, inclusive, ocupando cargo de governador, deputados e prefeitos de importantes centros urbanos. Ainda que

não seja uma reportagem isolada dentre tantas outras publicadas pelos jornais catarinenses na época da nacionalização e cerco as colônias alemãs, grande parte do que era publicado enfatizava a necessidade de nacionalização da língua e destacava o papel da escola como indispensável nesse processo. Nesse sentido, a educação ou a escola insere-se num conjunto de tecnologias políticas que vão investir na regulação das populações, por meio de processos de controle e de normalização dos saberes nacionais, tanto da língua quanto dos conteúdos ensinados nos estabelecimentos educacionais.

Em 1934 foi publicada a nova carta constitucional sobre a tutela do Governo Vargas e as diferentes forças políticas que compunham o governo provisório pós Revolução de 1930. A constituição apresentou novas dimensões para a política educacional, criando Ministério para Educação e Saúde, que passou a ser o órgão responsável pela organização e orientação dos programas educacionais em nível nacional. Segundo a Constituição de 1934, *“As diretrizes e bases da educação no país serão fixadas pela União. Os estados devem organizar os seus sistemas de ensino seguindo as normas estabelecidas pelo governo federal”* (Brasil, 1934, p. 12). Assim, o governo federal alinhavou os primeiros passos de um sistema educacional nacional, que aliou os preceitos constitucionais, algumas leis e decretos com a política de nacionalização, propiciando o surgimento de reformas educacionais nos estados. Em Santa Catarina surgiu a Reforma Trindade, que, dentre outras medidas, procurou estimular a ação dos inspetores escolares nas áreas de colonização estrangeira.

O golpe orquestrado por Getúlio Vargas em 1937, que deu início ao Estado

Novo, instituiu uma nova Constituição, que legitimava as ações do governo federal e caminhava a passos largos em direção à centralização do poder. O primeiro ato de nacionalização atingiu o sistema de ensino, visto que as escolas estrangeiras foram obrigadas a modificar currículos e dispensar professores que não ministrassem suas aulas em língua portuguesa; o uso de língua estrangeira foi proibido e escolas que se recusaram a cumprir a lei foram fechadas. A nota publicada no jornal *Folha do Povo*, de Porto União, com o título “Fechada a escola Getúlio Vargas”, “Em Hamonia, por administrar cantos, em língua alemã, e não corresponder ao espírito da nacionalização, foi fechada a escola paroquial “Getúlio Vargas”, mantida pelo padre Francisco Eignan”, comprova o recrudescimento das políticas de nacionalização através da prática.

A partir de 1939, a intervenção direta do Estado recrudescceu ainda mais, criando entraves e dificultando a organização comunitária étnica de diversos grupos imigrados. No entanto, isso não significou a eliminação da resistência existente nos grupos estrangeiros alocados em Santa Catarina.

A maior problemática da nacionalização, sem dúvidas, deu-se em torno das colônias de origem alemã. No entanto, a presença de outras nacionalidades também foi relatada, como os casos das colônias de linha Batista, de etnia polonesa, e do bairro Morro Estevão, de colonização italiana, ambas em Criciúma. Nessas colônias as escolas ali instaladas tinham suas aulas ministradas em língua polonesa ou italiana, pelo menos durante toda a década de 1910 e 1920 e parte de 1930. Essas escolas eram mantidas pela própria comunidade, como na maioria

das comunidades interioranas do estado, estrangeiras ou não.

Esse modelo de educação acontecia em inúmeras localidades espalhadas pelo estado. Eram escolas particulares ou comunitárias que, em locais de colonização européia também foram denominadas por alguns pesquisadores de “escolas étnicas”. No caso do bairro Morro Estevão são encontrados registros deste modelo de educação desde 1905.

Depoimentos de imigrantes e descendentes poloneses moradores na localidade de linha Batista, conforme Marli de Oliveira Costa (2005), as dificuldades que a escola representou para as crianças a partir do aumento da interferência do Estado, principalmente com a exigência de que as aulas fossem ministradas em língua vernácula. As tentativas das professoras para ministrar aulas em português eram frustradas, pois a maioria das crianças não entendia a língua brasileira.

A dificuldade de comunicação entre professores e alunos passou a ser uma realidade marcante nas comunidades de colonização estrangeira que haviam mantido o uso da língua originária de sua pátria-mãe desde o início da colonização e perduraria, mesmo diante do acirramento das políticas de nacionalização da segunda metade da década de 1930. O fato se repetia em comunidades de colonização polonesa, como a de linha Batista, também em Criciúma. As crianças menores, quando iniciavam os estudos em escolas públicas, geralmente não falavam português. A comunicação era um dos grandes problemas que o ensino primário encontrou nas áreas de colonização estrangeira de Santa Catarina. Essa realidade, em que a lei e a pressão do Estado se fazem valer pela imposição, esteve presente em vários

lugares de Santa Catarina e em momentos distintos de sua história. Ainda que tenha ocorrido o acirramento das políticas de nacionalização com o interventor federal, Nereu Ramos, a partir de 1935, são encontrados vestígios de resistência e permanência da língua estrangeira em comunidades de colonização européia durante as décadas de 1940 e 1950.

Na região Oeste de Santa Catarina, cidades como Cruzeiro e Nova Germânia tiveram seus nomes substituídos por outros que não faziam alusão a localidades estrangeiras; Cruzeiro passou a se chamar Joaçaba e Nova Germânia tornou-se Ipumirim. A pressão dos programas de nacionalização se fez sentir até mesmo nas áreas mais remotas do estado, onde a colonização estrangeira não havia sido direta e muito mais recente que as colônias do Litoral ou do Vale do Itajaí. O caso de Concórdia, emancipada em 1934, desmembrando-se do antigo município de Cruzeiro, atual Joaçaba, teve em sua ocupação uma maioria de colonos oriundos do Rio Grande do Sul, de descendência italiana e alemã. Nesta comunidade, as lembranças da intervenção da nacionalização ainda se fazem presentes. Relatos contidos em livros como *A saga dos pioneiros* de Remi A. Fávero (2004), revelam a presença de um sentimento de repúdio às ações do governo que exigiam a nacionalização; também retratam o grau de importância que a comunidade dedicava à educação, pois nos relatos orais contidas nas obras sobre a história do município os familiares apontam as dificuldades de acesso ao ensino e as ações da própria comunidade para proporcionar ensino aos filhos.

Documentos emitidos pelos inspetores de ensino contêm recomendações explícitas quanto à necessidade e

urgência de melhorar a cobrança da língua nacional nas escolas da região. Enquanto programas federais visavam à nacionalização e/ou à homogeneização cultural, como alguns autores preferem, Santa Catarina caminhava na contramão. Ainda que as tentativas governamentais existissem, a nacionalização só teria efeitos mais significativos pós-1937 com o acirramento das políticas federais, aumentando a interferência sobre os estados, mas não na totalidade, pois as regiões interioranas do estado continuaram utilizando as línguas estrangeiras no dia-a-dia das pessoas. Atualmente, ainda fazem parte do cotidiano de algumas cidades a língua alemã ou italiana, principalmente entre as pessoas mais idosas, no entanto grande parte da população não utiliza mais estas línguas, fato que reflete a eficácia, ainda que tardia, do projeto federal sobre a resistência local.

Considerações finais

O processo de nacionalização a partir da educação apresentou inúmeras resistências, mas no conjunto, sua eficiência está comprovada na condição e união lingüística do estado de Santa Catarina e do Brasil. Deste modo a interferência do governo federal sobre as diretrizes da educação catarinense foram notáveis no abandono, quase que completo, das línguas de origem estrangeiras na maioria das comunidades de descendência, permanecendo apenas nas mais tradicionais, e ainda com grandes influências locais, fato que, atualmente pode ser percebido como um prejuízo imensurável a cultura nacional.

As diferenças entre interior e litoral, em termos de resistência também foram perceptíveis. Enquanto o litoral, entendido aqui como grandes centros urbanos e industriais, tiveram uma

dedicação maior em nível e qualidade do ensino, as preocupações do interior estavam em garantir educação as crianças e as ações governamentais para diminuir as influências estrangeiras foram incisivas, mas com efeitos tardios.

Nestas condições, dentre outras, a expansão da rede pública de ensino pode ser considerada um instrumento de combate à influência das culturas estrangeiras. No entanto, a imprensa catarinense revela inúmeras diferenças entre regiões do estado. Enquanto centros urbanos contavam com maior atenção muitas vilas e cidades da serra e oeste não possuíam escolas. Um dos problemas revelados pela imprensa foi a falta de professores para aturem nessas regiões interioranas do estado. Outro aspecto percebido com maior facilidade foi a preocupação do governo com as áreas de colonização estrangeiras, onde as escolas particulares foram substituídas por públicas ou “enquadradas” no modelo nacional. Este fato aponta para a forte interferência das políticas federais no estado catarinense.

O espaço delimitado para esse artigo não nos permite aprofundar a questão da nacionalização pela escola. No entanto o estudo, aqui apresentado em fragmento, vai mais além, analisando discursos da imprensa e legislação sobre a nacionalização e também sobre o analfabetismo no estado. Questões como: Quais os efeitos da interferência federal no combate ao analfabetismo em Santa Catarina? Qual o papel da imprensa nessa tarefa? Há diferenças entre litoral e interior do estado quanto à implementação de leis sobre educação? As leis apontam para a diferenciação entre regiões do estado? Estas entre outras não serão respondidas neste momento, mas fazem parte do

corpo da pesquisa original apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo no ano de 2008.

Referências

BASTOS, M. H. C. **Espelho de papel: a imprensa e a História da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 151-174. (Coleção Memória da educação).

BORGES, W. C. **Criminalidade no Rio de Janeiro: a imprensa e a (in) formação da realidade**. Rio de Janeiro, Renavan, 1979.

ESPIG, M.J. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado**. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, n 2, p.269-289, dez 1998.

FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.

GHIRALDELLI, P. Jr. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KOHL, D.A. & KOHL, R. C. **Santa Catarina: da ocupação tardia à industrialização “precoce”**. IN. ZOTTI, S.A. (org.). *História faz História: contribuições ao*

estudo da História Regional. Concórdia, SC: UnC; HISED, 2006. p.21-41.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes. 1994.

REIS FILHO, **Índice básico da legislação do ensino paulista, 1890-1945**. São José do Rio Preto, FFCLESJRP, 1964 (2 ed.: Campinas/Marília, FE-Unicamp/FFC-Unesp, 1998).

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SOUZA ARAÚJO, J.C. **Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921)**. In: SOUZA ARAÚJO, J.C. & GATTI JÚNIOR, D. (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VIDAL, D. G. CAMARGO, M. J.G. **A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, V. 73, n. 175, p. 407-330, set./dez. 1992.